

**A DIFUSÃO DOS SABERES  
E PRÁTICAS ESCOLARES  
NA PEDAGOGIA NOVA:  
O LIVRO COMO DISPOSITIVO  
ESTRATÉGICO\***

Virginia Sales Gebrim\*\*

*Resumo: Esse trabalho objetiva explicitar as possíveis relações entre a pedagogia nova no Brasil e o florescimento no mercado editorial brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, de projetos de natureza educativa. Nesse período destacam-se iniciativas de educadores como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, entre outros, que criaram, fomentaram e organizaram coleções pedagógicas, dirigidas especialmente aos professores. Ressalto nesse estudo que essas coleções funcionaram como dispositivos estratégicos de conformação, ou melhor, de divulgação e disseminação de saberes e práticas escolares identificadas com uma filosofia educacional: a pedagogia nova.*

*Palavras-Chave: Coleções Pedagógicas; História da Educação; Pedagogia Nova*

**A**s primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas especialmente pelas idéias de uma parcela expressiva da intelectualidade brasileira, que defendia a necessidade pungente e febril de um país moderno, industrial, tendo como referência os países europeus e os Estados Unidos.

Nessa atmosfera, a educação passou a ser vista, por muitos intelectuais da época, como um instrumento de superação do atraso da sociedade brasileira, caracterizada pela predominância de interesses oligárquicos e a ausência de uma “identidade nacional”, ponto de afirmação de uma realidade nacional, fincada em bases modernas. Nas palavras de Herschmann e Pereira:

*Na busca de respostas para a construção do ideário de um Brasil “moderno”, colocava-se com ênfase pouco vista em outros momentos a questão: “que país é este?”. Médicos, educadores,*

*engenheiros, literatos, enfim, todos os intelectuais discutiam apaixonadamente o tema cultural/nacional.(...) (1994, p.33).*

Entretanto, essas idéias que se denominavam modernas, novas e científicas foram se constituindo ao sabor das necessidades, das condições históricas que o Brasil atravessava, por isso é importante observar que:

*A convocação de jovens egressos dos bancos acadêmicos por parte de certos governos estaduais no correr da década de 1920 inscreve-se no esforço derradeiro de “modernização” que tentaram empreender alguns dirigentes oligárquicos. São exemplos dessa política a contratação de Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Casassanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, para levarem ao cabo as reformas de instrução, respectivamente, no Ceará, em Minas Gerais, na Bahia, no Distrito Federal e em Pernambuco, bem como a designação deles para integrar o segundo escalão dos executivos estaduais (...)* (MICELI, 2001, p. 221).

E mais:

*A profissionalização de um grupo de especialistas em problemas educacionais ocorreu por conta das exigências postas pelo próprio sistema de poder oligárquico, que por uns tempos passou a enxergar na extensão das oportunidades de escolarização uma estratégia que poderia lhe proporcionar dividendos políticos consideráveis* (MICELI, 2001, p. 222).

Ao pensar a educação como um instrumento vital para o desenvolvimento do país, era preciso alterar de maneira significativa os processos pedagógicos, daí a necessidade de aplicar novos métodos de ensino, nova organização escolar; enfim uma nova mentalidade deveria compor as práticas escolares.

Corações e mentes dos educadores brasileiros teriam de ser atraídos pela promessa de modernidade e democracia. Para isso, os “escolanovistas” criariam a expectativa de uma formação docente balizada por parâmetros de cientificidade e modernidade.<sup>1</sup>

Se, por um lado, as reformas educacionais que foram implementadas nas décadas de 1920 e 1930 representavam a marca inaugural de uma

“nova” proposta pedagógica, por outro, livros, “coleções” e periódicos que começariam a circular nesse período desempenharam um papel fundamental para sua propagação: funcionariam como dispositivo estratégico na formação de professores.

Se a divulgação da pedagogia da escola nova para o professorado era o objetivo a ser atingido, a estratégia adotada pelos educadores renovadores pretendia assegurar que o impresso editado funcionasse como um dispositivo de conformação de novas práticas pedagógicas, fornecendo o sustentáculo teórico para os professores.

A estratégia delineada pelos reformadores consistia em coordenar, organizar e subsidiar uma nova cultura pedagógica. O impresso, como produto cultural, deveria ser um instrumento de conformação de uma escola nova para os professores.

A moderna tendência pedagógica – que se intitulava científica – não media esforços para atingir o professorado. Com foco na prática docente, a “escola nova” propõe uma “prática inventiva”, fundamentada em um repertório científico de informações e referenciais críticos, enfim, a disseminação de uma cultura pedagógica para o professorado.

Na difusão desses saberes pedagógicos, as publicações desempenharam um papel de destaque como dispositivo de circulação, de penetração e de regulação do discurso e da prática pedagógica dos docentes. Os educadores comprometidos com o ideal escolanovista organizavam os saberes e as práticas pedagógicas dos professores, tendo os livros como o dispositivo, o instrumento estratégico na conformação de uma pedagogia que pretendia ser científica: a pedagogia nova.

Dispondo de um leque de convicções pedagógicas, os educadores escolanovistas entendiam como condição *sine qua non* para o sucesso da pedagogia nova a promoção de uma nova cultura pedagógica para o professorado.

Entre os anos 1920 e 1930, as discussões sobre a educação, via de regra, foram fomentadas pelo “entusiasmo pela educação”, que se converteria, no momento posterior, em “otimismo pedagógico”; nas palavras de Nagle:<sup>2</sup>

*Uma das maneiras mais diretas de situar a questão [da escolarização no quadro das transformações do início do século], consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico; de um*

*lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) (2001, p. 134).*

Dessa maneira, a pretensão de construir uma “pedagogia nova”, “moderna” e “ativa” ganhava cada vez mais adeptos. No Brasil, esse processo se revestia de uma singularidade: a institucionalização dos sistemas de ensino.

Se na Europa o movimento da escola nova foi articulado como crítica ao modelo escolar já instituído, no Brasil a situação era outra. As críticas empreendidas pelos renovadores dirigiam-se especialmente à necessidade de se implementar um modelo nacional de sistema escolar, calcado na doutrina da pedagogia nova; para isso:

*(...) estava ainda em jogo a produção de condições materiais e técnicas para implementar o modelo escolar, que em outros países tinha viabilizado a escola de massas: seriação, classes homogêneas, ensino simultâneo, regulamentação e uniformização do tempo escolar, enquadramento disciplinar, organização do espaço escolar, etc. (CARVALHO, 2000, p. 121).*

São os “educadores profissionais” que, à frente das reformas, das conferências e inquéritos sobre a educação, estariam presentes também na criação e na produção de uma literatura educacional, contribuindo para o “boom” da expansão do mercado de livros que ocorreu nos anos 1920 e 1930. Diante desse quadro de efervescência dos movimentos em prol da educação, a partir dos anos 1920, a literatura educacional se transformaria:

*(...) e com esse sentido se desenvolve, como um dos mais importantes instrumentos de sustentação das frequentes discussões que se fazem, da mesma forma que desempenha o papel de preparadora e de transmissora das novas modalidades de percepção da problemática educacional, especialmente do modelo escolanovista (NAGLE, 2001, p. 336).*

Nagle afirma que essa nova literatura educacional pode ser caracterizada por quatro conjuntos.

O primeiro formou-se por trabalhos identificados com a pregação nacionalista: “acentuam a importância da difusão da instrução primária, convertida em problema máximo da nacionalidade, pois, educado o povo, automaticamente estariam resolvidos os problemas da sociedade brasileira” (NAGLE, 2001, p. 341).

O segundo conjunto era composto por obras de “natureza pedagógica geral”. De caráter técnico-pedagógico, as obras que marcam esse período revelam a preocupação de analisar as questões educacionais numa perspectiva científica, sendo que “cientificar a escolarização significa, principalmente, psicologizá-la” (NAGLE, 2001, p. 344).

A maioria das obras apresentava uma discussão, uma análise técnica dos problemas educacionais, oferecendo conhecimentos e teorias exclusivamente educacionais. Esse conjunto abarcava publicações que se caracterizariam ora por apresentar a Pedagogia como ciência experimental, ora por mostrar procedimentos didáticos e metodológicos do processo de aprendizagem e, ainda, obras mais especializadas, nas quais os instrumentos de medida foram tratados como recurso fundamental para a organização escolar.

O terceiro conjunto foi composto “pelas publicações em que se procuram apresentar quadros histórico-descritivos da educação brasileira” (NAGLE, 2001, p. 346).

Já o quarto conjunto foi formado por obras que são pressagiadoras do movimento escolanovista, abrangendo a história e os sistemas da escola nova.

Essa classificação da literatura educacional, como observa Nagle, acompanha todo o movimento político e cultural dos anos 1920. Com a expansão da escolarização e, conseqüentemente, o aumento do número de matrículas e a valorização do trabalho educacional, o mercado de livros tornar-se-ia viável, abrindo um negócio lucrativo para as editoras. Simultaneamente, do ponto de vista político, a publicação e a circulação de obras cujos conteúdos balizavam a nova pedagogia tornavam possível o espraiamento de uma nova cultura pedagógica.

O livro tornava-se um instrumento estratégico na transformação da cultura nacional. Um produto cultural embalado pela modernidade, o livro era então visto como um dispositivo que alavancaria a educação. O mercado editorial brasileiro, nas décadas de 1920 e 1930, foi tomado por um crescimento até então inesperado. O *boom* da indústria paulista, provocado “em parte pela crise de importações e a calamitosa carestia

do pós-guerra, o fato é que esse surto adquire uma dinâmica própria e se torna num crescendo auto-sustentado” (SEVCENKO, 1998, p. 95).<sup>3</sup>

Para Hallewell (2005), o mercado editorial brasileiro até então era muito reduzido, existindo somente os livros importados e os livros brasileiros que eram impressos no exterior. Em São Paulo havia somente seis editoras até o final do século XIX:

*A situação do comércio de livros era extremamente desalentadora. Eram poucos os pontos de venda de varejo e praticamente limitados aos bairros mais ricos do Rio e São Paulo (...). A produção editorial que ainda tinha lugar no Brasil raramente se aventurava além dos campos seguros dos livros didáticos e de livros sobre legislação brasileira, e não passava de uma atividade casual e secundária das grandes livrarias (HALLEWELL, 2005, p. 235).*

A partir daí, no mercado editorial brasileiro começam a surgir novos autores, novos títulos e novos gêneros literários

*Quanto aos livros, com uma tiragem anual em torno de 1 milhão de volumes, uma multiplicação entre duas e três vezes do número de casas editoras e livrarias em 1921, com relação ao número existente até o fim da Guerra, São Paulo passa a atrair escritores dos quatro cantos do país, querendo ter suas obras publicadas com a rapidez e a qualidade que a indústria editorial paulista oferecia (SEVCENKO, 1998, p. 95-96).*

A estratégia comercial das editoras centrava-se no público leitor; para isso, expandia a comercialização de livros, publicava títulos que podiam atrair os leitores de outros tipos de impressos e, ainda, barateando e redimensionando os livros, publicando coleções destinadas a um leitor específico. Quanto à publicação de autores, as editoras apostavam na projeção de autores novos, ao misturá-los com autores conhecidos.

Segundo Sevcenko (1998), o desenvolvimento da indústria editorial em São Paulo foi motivado também por um crescimento no campo das artes plásticas: “Novos espaços de projeção surgem, outros são improvisados em hotéis, livrarias, casas comerciais e até cinemas junto à área do triângulo central da cidade” (1998, p. 96).

Na cruzada pela educação, o livro foi tratado como um instrumento de intervenção política e cultural, prescrevendo os fundamentos

de uma nova pedagogia para os educadores. Nessa perspectiva, Nagle ressalta o lançamento de duas publicações: em 1927, a coleção “Biblioteca de Educação” e, em 1931, a “Biblioteca Pedagógica Brasileira”.

A necessidade de formação profissional do professorado, de dispor e organizar conteúdos específicos de didática, biologia educacional, sociologia educacional e psicologia fazia com que a produção de livros se tornasse um projeto viável, lucrativo para as editoras e um projeto de intervenção político-cultural para os educadores profissionais.

No cruzamento desses projetos, a Weisflog Irmãos/Melhoramentos, editora que se dedicava a publicar livros escolares e cartilhas, organiza e lança uma coleção, sob a direção de Lourenço Filho, a partir de 1927, denominada “Biblioteca de Educação”.

Composta por publicações originais de autores brasileiros e traduções, essa coleção, no âmbito dos dispositivos de circulação, penetração e transformação do ideário escolanovista, buscava um leitor específico: o educador brasileiro.

Nesse contexto, cabia à escola, ao professor e ao livro o papel de “nacionalizar” a cultura brasileira, de aparelhar a escola de dispositivos da “civilização”, como observava Fernando de Azevedo:

*(...) quis o Estado preparar as gerações não para a vida social, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo, sob um regime igualitário e democrático em evolução, transmutando a escola popular não apenas num instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformação social (1950, p. 17).*

Uma nova pedagogia, uma nova cultura, um novo saber pedagógico para um novo leitor: o professor brasileiro. O livro se revestia, nessa ótica, de um novo papel: portador de uma missão educativa.

Entre as décadas de 1920 e 1930 várias coleções foram publicadas com a intenção de atingir o professorado brasileiro, como: a “Coleção Pedagógica”, organizada por Paulo Maranhão, da editora F. Briguet (1929) e a “Biblioteca Brasileira de Cultura”, organizada por Alceu Amoroso Lima, da Civilização Brasileira (1933). Ao editar e fomentar determinados saberes pedagógicos, as coleções, de maneira geral, tornavam possível a produção e a circulação de uma mentalidade, articulando projetos políticos e culturais, intervindo ao mesmo tempo na cultura e no mercado de livros.

A expansão do mercado de livros, a partir da segunda metade da década de 1920, é constituída de um duplo sentido: um empreendimento comercial lucrativo e um instrumento de reforma cultural. Assim como a educação, o livro é alçado como um dos instrumentos para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

O lançamento de novas coleções de livros, organizados por educadores renomados, que participavam diretamente das discussões travadas em âmbito nacional, revela a importância estratégica que essas publicações, dirigidas especialmente ao professorado brasileiro, tiveram na implementação da doutrina da escola nova, seja pelos renovadores, seja pelos católicos, pois: “a questão principal era ganhar a adesão do professor à “boa pedagogia”, normatizando sua conduta e orientando, doutrinariamente, suas práticas escolares. E será sobre ele que o impresso desempenhará um papel fundamental” (CARVALHO, s/d, p. 104).

Entretanto, em que pesem as divergências no entendimento da doutrina da escola nova por esses dois grupos – renovadores e católicos –, havia um ponto em comum, a estratégia que foi desenvolvida com o propósito de ganhar adeptos para a filiação de práticas escolares renovadoras ou católicas.

Do ponto de vista estratégico, dispositivos como as publicações, ou melhor, as coleções pedagógicas, foram criadas para difundir o credo pedagógico pelo qual renovadores, de um lado, e católicos, de outro, disputavam a escola nova. Na verdade, as publicações escolanovistas publicadas pelo grupo católico já vinham se realizando, constituindo-se numa rede de impressos, como: boletins, anais de congressos e revistas especializadas, respaldadas por uma estrutura organizada, como a Confederação Católica Brasileira de Educação.<sup>4</sup>

Dispondo de uma rede de instituições, o credo pedagógico católico poderia obter o êxito que sua proposta escolanovista, impregnada de sentido religioso, tinha como alvo: as práticas escolares.

Se a estratégia dos renovadores caracterizava-se por uma certa unidade de princípios, dando atenção a instrumentos que permitiam a constituição de uma cultura pedagógica do professorado, os católicos, por sua vez, adotaram, diferentemente, uma outra perspectiva, como observa Carvalho (s/d):

*(...) orientaram-se em duas direções complementares. Na primeira delas, foram instanciados e aplicados critérios de ajuizamento das proposições pedagógicas escolanovistas. A reformulação prin-*



*cipal para a formulação destes critérios era a encíclica Divina Illuis Magistri e seu campo de aplicação era amplo: crítica dos livros através de resenhas; indicação e orientação de leituras; prescrição ou proscrição de práticas; críticas de proposições pedagógicas de larga circulação no período. Numa segunda estratégia, não se tratava, prioritariamente, de firmar princípios ou de discutir questões doutrinárias, mas importava, sobretudo, articular um discurso escolanovista católico (p. 114).*

Atuando em duas frentes, o grupo católico selecionava as publicações, através de resenhas e comentários publicados em boletins e revistas católicas, “filtrando” a leitura dos professores católicos; entretanto, segundo Carvalho (s/d), esse projeto não alcançou seu objetivo:

*Esta vigilância minuciosa de disseminação e dos usos do livro provavelmente malogrou no seu propósito de cercear a presença das edições condenadas ocupando-lhes o espaço social de leitura, com publicações equivalentes no gênero, mas diferentes pelo propósito de catolicizar o campo doutrinário da pedagogia. Mais eficaz talvez tenha sido a constituição de um discurso escolanovista católico (p. 117).*

Para isso, o grupo católico adotou um procedimento semelhante ao dos renovadores, que a essa altura já dispunham de coleções organizadas por Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

Dando atenção à presença material do livro que chegava às mãos dos professores, os católicos escolanovistas coroaram sua rede de publicações, ao lançar, pela editora Civilização Brasileira, uma coleção de livros “católicos”: a “Biblioteca Brasileira de Cultura”, em 1933, dirigida por Alceu de Amoroso Lima, um dos mais destacados intelectuais católicos que participaram das discussões e debates que ocorreram na época.

Distinguindo-se das demais publicações, como os boletins, guias e revistas pedagógicas, as coleções pedagógicas vão travar um embate que pode ser considerado um exemplo na estratégia que buscava intervir na formação de uma mentalidade, de uma cultura pedagógica dos educadores brasileiros:

*De um lado, os educadores católicos reticentes quanto às propostas de mudança, de outro, os educadores liberais reunidos em torno do*

*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, documento entendido como um símbolo, ou melhor, como um marco aglutinador de um grupo de intelectuais dispostos a pensar a modernização do Brasil via processo educacional* (PRADO, 2003, p. 53).

Para os renovadores, propor uma educação nova era um programa de transformação da sociedade brasileira pela escola. Essa expressão, além de designar um conjunto de conceitos e métodos pedagógicos, expressava algo ainda mais substancial: o conjunto de iniciativas e realizações empreendidas, assim como os cargos técnicos e burocráticos que ocuparam. Além disto, esses reformadores tomaram diversas iniciativas editoriais, como as coleções pedagógicas criadas e editadas na primeira metade do século XX. Afinal, como já dizia Monteiro Lobato: “*Um país se faz com homens e livros*”.

## Notas

- <sup>1</sup> A esse respeito, Xavier (1999, p.28) observa que: “Fazia parte do projeto desses educadores pioneiros promover a laicização da educação para então torná-la mais racional. Nesse sentido, era necessário trazer os parâmetros da racionalidade científica para as práticas educacionais.(...) Entre os educadores atuantes nesse período, a tensão entre modernidade e modernização evidenciou-se nas ações e no pensamento com matizes mais sutis.”
- <sup>2</sup> No estudo de Nagle (2001), o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” (categorias criadas pelo autor), que caracterizariam a temática educacional de 1920, é o alvo de suas críticas em relação ao que chama de “percepção romântica” dos problemas educacionais. Como desdobramentos desse movimento, segundo Nagle (pp. 101-102), foi gerada uma “despolitização da educação”, dissociando as formulações pedagógicas das motivações políticas, e ainda desembocando na “tecnificação” do campo educacional. Carvalho (2003) discorda dessa tese, pois considera que houve um projeto político: a desvinculação dos problemas sociais das questões educacionais.
- <sup>3</sup> Sevcenko(1998) e Hallewell(2005) concordam que o desenvolvimento industrial de São Paulo, no anos 1920, constituiu-se em um dos fatores para o crescimento editorial paulistano. Para Hallewell, um outro elemento se junta nessa conjuntura: o surgimento de uma geração de intelectuais e artistas.
- <sup>4</sup> Sobre o confronto entre Católicos e Liberais, consultar: *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*, de Carlos Roberto Jamil Cury.

## Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos, César de (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Reformas de instrução pública. In: LOPES, Eliane, Marta T.; FARIA FILHO, LUCIANO Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. *A escola e a república e outros ensaios*. (s/d, xerox).

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. Cortez: São Paulo, 1988.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: DP&A, 2001.

PRADO, João do. A campanha em defesa da escola pública nas páginas do Estado de São Paulo. In: *Tradição e modernidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: UNIABC, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório*. Bragança paulista: Edusf, 2000.

*Abstract: The aim of this study is to present the possible relationships between Brazil's new pedagogy and the blossoming of projects of an educational nature in the Brazilian editorial market, in the first decades of the 20<sup>th</sup> century. In this period, initiatives of educators, such as Fernando de Azevedo and Lourenço Filho stand out. They created, promoted and organized pedagogical collections, intended especially for teachers. This study stresses how these collections acted as strategic devices for the shaping, or rather the propagation and dissemination of knowledge and school practices identified with an educational philosophy: the new pedagogy.*

*Key words: Pedagogical Collections; the History of Education; New Pedagogy*

---

\* Este texto faz parte da tese de doutoramento da autora (Gebriem, 2006).

\*\* Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa do Departamento e da Pós-Graduação em Educação, da Universidade Católica de Goiás. *E-mail*: virginiagebrim@uol.com.br